

Mediação Cultural: A construção de um folclore regional e açucareiro por Manuel Diégues Júnior na metade do século XX

Cultural Mediation: The Construction of a Regional and Sugar-Produced Folklore by Manuel Diégues Júnior in the Mid-20th Century

Mediación cultural: la construcción de un folclore regional y azucarero por Manuel Diégues Júnior a mediados del siglo XX

Luan de Sousa Batista¹

RESUMO

O presente trabalho tem o intuito de analisar a atuação de Manuel Diégues Júnior (1912-1991) como mediador intelectual das manifestações, saberes e relações folclóricas e um profissional que transitou por distintos campos do saber e profissões. A partir de uma *história intelectual*, identificar a forma como este folclorista elaborou a ideia de um folclore regional e açucareiro na região nordeste, enquanto uma matriz cultural regionalista, dialogando com o contexto e as ideias por meio do tripé *geração, trajetória e sociabilidades* em que estava inserido para verificar seu lugar político, social e cultural na produção do conhecimento folclórico. Do ponto de vista teórico, as concepções de Jean-François Sirinelli (1998; 2003), Angela de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen (2016) e Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2011; 2013) são utilizadas, respectivamente, pelos conceitos de *intelectual, intelectuais mediadores e folclore/Nordeste - folclore nordestino* para identificar a formação regionalista de Manuel Diégues Júnior e tratá-lo como um intelectual produtor de uma mediação cultural em torno das manifestações folclóricas que constituíram o Nordeste brasileiro na metade do século XX. Metodologicamente, foi estabelecida uma análise baseada na *análise de discurso* e na ideia de relações de *saber e poder* de Michel Foucault (1999; 2008), problematizando escritos produzidos por Manuel Diégues Júnior acerca das manifestações folclóricas, como *Motivos de açúcar no Folclore* (1947), *Os estudos regionais e a geografia brasileira* (1949), *Folclore e região* (1951), *Região e regionalismo* (1952) e *Sugestões para uma caracterização regional do folclore brasileiro* (1967) que estão disponíveis nas Hemerotecas Digitais da Biblioteca Nacional e do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP). A partir destas fontes, Manuel Diégues Júnior realizou um estudo sobre a sociedade brasileira com discussões antropológicas em torno das práticas culturais de um Nordeste/Brasil açucareiro.

Palavras-chave: Manuel Diégues Júnior; Intelectual; Mediação Cultural; Folclore.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the role of Manuel Diégues Júnior (1912–1991) as an intellectual mediator of folkloric manifestations, forms of knowledge, and social relations, as well as a professional who moved across distinct fields of knowledge and occupations. From the perspective of intellectual history, we seek to identify how this folklorist developed the idea of a regional, sugar-based folklore in the Brazilian Northeast, understood as a regionalist

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Graduado em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). <https://orcid.org/0009-0001-6405-1590>. luansousa016@gmail.com.

cultural matrix. This analysis is conducted through dialogue with the historical context and prevailing ideas, based on the triad of generation, trajectory, and sociabilities in which he was embedded, in order to examine his political, social, and cultural position in the production of folkloric knowledge. From a theoretical standpoint, the study is grounded in the conceptions of Jean-François Sirinelli (1998; 2003), Angela de Castro Gomes and Patrícia Santos Hansen (2016), and Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2011; 2013), employing, respectively, the concepts of intellectual, mediating intellectuals, and folklore/Northeast—Northeastern folklore. These frameworks allow us to identify the regionalist formation of Manuel Diégues Júnior and to approach him as an intellectual who produced cultural mediation around the folkloric manifestations that shaped the Brazilian Northeast in the mid-twentieth century. Methodologically, the analysis is based on discourse analysis and on Michel Foucault's (1999; 2008) notion of knowledge–power relations, through a critical examination of texts produced by Manuel Diégues Júnior on folkloric manifestations, such as *Sugar Motifs in Folklore* (1947), *Regional Studies and Brazilian Geography* (1949), *Folklore and Region* (1951), *Region and Regionalism* (1952), and *Suggestions for a Regional Characterization of Brazilian Folklore* (1967), which are available in the Digital Hemerotheques of the National Library and the National Center for Folklore and Popular Culture (CNFCP). Based on these sources, it is possible to observe that Manuel Diégues Júnior carried out a study of Brazilian society grounded in anthropological discussions surrounding the cultural practices of a sugar-based Northeast/Brazil.

Keywords: Manuel Diégues Júnior; Intellectual; Cultural Mediation; Folklore.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo analizar la actuación de Manuel Diégues Júnior (1912–1991) como mediador intelectual de las manifestaciones, saberes y relaciones folclóricas, así como su desempeño como profesional que transitó por distintos campos del conocimiento y ocupaciones. A partir de una perspectiva de historia intelectual, identificar la manera en que este folclorista elaboró la idea de un folclore regional y azucarero en la región Nordeste, entendido como una matriz cultural regionalista, dialogando con el contexto y las ideas mediante el trípode generación, trayectoria y sociabilidades en el que se encontraba inserto, con el fin de examinar su lugar político, social y cultural en la producción del conocimiento folclórico. Desde el punto de vista teórico, en las concepciones de Jean-François Sirinelli (1998; 2003), Angela de Castro Gomes y Patrícia Santos Hansen (2016), y Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2011; 2013), utilizando, respectivamente, los conceptos de intelectual, intelectuales mediadores y folclore/Nordeste — folclore nordestino, con el objetivo de identificar la formación regionalista de Manuel Diégues Júnior y abordarlo como un intelectual productor de una mediación cultural en torno a las manifestaciones folclóricas que constituyeron el Nordeste brasileño a mediados del siglo XX. Metodológicamente, establece un análisis basado en el análisis del discurso y en la noción de relaciones entre saber y poder de Michel Foucault (1999; 2008), problematizando los escritos producidos por Manuel Diégues Júnior sobre las manifestaciones folclóricas, tales como *Motivos de azúcar en el folclore* (1947), *Los estudios regionales y la geografía brasileña* (1949), *Folclore y región* (1951), *Región y regionalismo* (1952) y *Sugerencias para una caracterización regional del folclore brasileño* (1967), disponibles en las Hemerotecas Digitales de la Biblioteca Nacional y del Centro Nacional de Folclore y Cultura Popular (CNFCP). A partir de estas fuentes, es posible observar que Manuel Diégues Júnior llevó a cabo un estudio sobre la sociedad brasileña con discusiones antropológicas en torno a las prácticas culturales de un Nordeste/Brasil azucarero.

Palabras clave: Manuel Diégues Júnior; Intelectual; Mediación Cultural; Folclore.

1. INTRODUÇÃO

Na metade do século XX, os intelectuais tiveram uma atuação importante na análise e na produção de conhecimentos sobre a chamada cultura popular no Nordeste brasileiro, especialmente no campo do folclore. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho foi analisar a trajetória de Manuel Diégues Júnior (1912–1991), destacando seu papel como mediador intelectual das manifestações e dos saberes folclóricos. A partir de uma abordagem da *história intelectual*, buscou-se a compreensão de como esse folclorista elaborou a ideia de um *folclore regional e açucareiro*, ligado à economia açucareira, por meio de uma perspectiva cultural regionalista. Também foi analisado o período e espaço em que esteve inserido, considerando sua geração, sua trajetória e suas redes de sociabilidade, a fim de identificar seu papel político, social e cultural na produção do conhecimento sobre o folclore nordestino.

A perspectiva regionalista desenvolvida por Manuel Diégues Júnior foi adotada neste trabalho para analisar os discursos e as práticas mobilizadas na construção de uma identidade regional. Também se discute sua trajetória intelectual ao longo da metade do século XX, com destaque para a elaboração da ideia de um folclore ligado à economia açucareira. Para Manuel Diégues Júnior, o estudo do regional estava diretamente relacionado à história nacional dentro do processo de folclorização. Em sua visão, as pesquisas sobre folclore deveriam contribuir para a construção de uma história regional, já que a valorização das especificidades de cada região seria fundamental. Dessa forma, a problemática parte de como Manuel Diégues Júnior desenvolveu uma proposta de narrativa folclórica a partir dos engenhos? Quais foram as condições históricas daquele momento que o levaram a escrever sobre um folclore açucareiro e regional?

Manuel Diégues Júnior foi um profissional que atuou em diferentes áreas do conhecimento e exerceu diversas funções. Ao longo de cerca de seis décadas, adotou uma perspectiva culturalista, compreendendo o regional e a história nacional como partes de um mesmo processo de folclorização. Para ele, as pesquisas sobre folclore deveriam contribuir para a construção de uma história regional, já que a valorização das especificidades de cada região era fundamental para o sucesso dos estudos e para a elaboração de mapas culturais que representassem os contextos históricos de cada lugar. Ao desenvolver uma história social, Manuel Diégues Júnior procurou adaptar o estudo do folclore e de suas influências à realidade brasileira. Não era incomum que defendesse, em seus escritos, a preservação dos costumes e das culturas regionais, buscando afirmar o folclore como um campo legítimo de estudo no meio acadêmico. Por isso, neste trabalho, os engenhos de açúcar foram analisados como espaços marcados por práticas culturais, valores e comportamentos diversos.

Segundo Martha Abreu (2018, p. 122) “dificilmente se constrói a história de uma expressão cultural popular e de seus sujeitos sociais que não tenha tido, em algum momento, a participação de folcloristas”. A partir dessa perspectiva, a principal reflexão deste estudo se concentrou em compreender como Manuel Diégues Júnior mediou o folclore em torno do regionalismo e da sociedade açucareira. Seu método etnográfico sobre os estudos do folclore e da cultura popular permitiu observar o lugar político, social e cultural e dialogar com o momento, as ideias, o contexto e as redes de sociabilidade em que estava inserido.

Vale ressaltar que este trabalho foi resultado do projeto de pesquisa intitulado *Por entre margens e fronteiras disciplinares: instituições, intelectuais e produção de saberes em torno da cultura popular no Nordeste do Brasil* que teve como objetivo investigar o papel de instituições e intelectuais na produção de conhecimentos sobre

a cultura popular no Nordeste brasileiro, no período de 1958 a 1976, com atenção especial à atuação de folcloristas como Manuel Diégues Júnior. Nesse intervalo de tempo, os folcloristas tiveram uma presença marcante na produção de saberes sobre a cultura popular, especialmente no campo do folclore. Além disso, participaram ativamente da redefinição desse campo de estudos, em um momento de transição das instituições folclóricas para instituições antropológicas, impulsionada pelas transformações internas das Ciências Sociais.

A partir desse projeto, foi possível estabelecer um contato mais aprofundado com intelectuais que atuaram como folcloristas e mediadores da cultura nordestina, bem como com suas produções bibliográficas. Em diálogo com o campo do Pensamento Social Brasileiro foi analisado como esses saberes foram sendo construídos em um período em que as fronteiras entre as áreas disciplinares ainda estavam em formação e negociação. Isso permitiu compreender de que modo a atuação de instituições e de intelectuais de destaque contribuiu para a consolidação dos estudos sobre a cultura popular.

Segundo João Marcelo Maia (2021), o campo do Pensamento Social no Brasil é marcado por uma interdisciplinaridade desigual, ou seja, reúne diferentes áreas do conhecimento de maneira não equilibrada. Esse desequilíbrio não diz respeito apenas à organização do campo, mas também à sua identidade. Nele, predominam sociólogos, antropólogos e cientistas políticos, com menor presença de historiadores. Apesar de seu caráter multidisciplinar, compreende-se o Pensamento Social Brasileiro como um campo de estudos relativamente recente, dedicado à análise das contribuições de autores e autoras que, ao longo da história, produziram interpretações sobre a realidade brasileira. Nesse sentido, a produção intelectual desenvolvida no Brasil entre os séculos XIX, XX e início do XXI oferece contribuições relevantes para a compreensão da chamada “questão regional” (Lasta, 2022, p. 120).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Do ponto de vista teórico, este trabalho se apoiou nas concepções de Jean-François Sirinelli (1998; 2003), Angela de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen (2016) e Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2011; 2013) com a utilização dos conceitos de *intelectual*; de *intelectuais mediadores*; de *folclore/Nordeste - folclore nordestino*. Esses referenciais ajudaram a compreender a formação regionalista de Manuel Diégues Júnior e analisar como atuou na mediação cultural das manifestações folclóricas, contribuindo para a construção de uma ideia de Nordeste brasileiro. A partir dessa perspectiva, foi investigada a sua produção cultural sobre o folclore e um estudo histórico-cultural das manifestações folclóricas ligadas à atividade açucareira.

Os intelectuais folcloristas, particularmente, surgiram no final do século XIX e início do século XX. Em um contexto de valorização da cultura popular e das tradições locais, passaram a se afirmar como um grupo social diverso, com trajetórias que se cruzavam em diferentes espaços de convivência e debate, situados entre a história política, social e cultural. Com um olhar mais atento para as manifestações culturais do povo, esses estudiosos buscaram registrar as manifestações folclóricas, como danças, cantigas, lendas e festas populares. Contudo, foi na metade do século XX que se testemunhou a proliferação de intelectuais e dentre eles, estava Manuel Diégues Júnior, os quais desempenharam papéis cruciais em movimentos políticos e sociais por frequentemente, serem vistos como críticos da ordem estabelecida, desafiando o *status quo* e defendendo mudanças radicais na sociedade, ou seja, construindo algo novo. Não foi por acaso a escolha do conceito de *mediador cultural*:

O intelectual que atua como mediador cultural produz, ele mesmo, novos significados, ao se apropriar de textos, ideias, saberes e conhecimentos, que são reconhecidos como preexistentes. Com esses outros sentidos inscritos em sua produção, aquilo que o intelectual “mediou” torna-se, efetivamente, “outro produto”: um bem cultural singular (Gomes; Hansen, 2016, p. 18).

O intelectual, ao atuar como mediador, reinterpretava e combinava ideias a partir de suas próprias experiências, deixando sua marca pessoal na escrita. Nesse período, os intelectuais passaram a ser reconhecidos como sujeitos históricos e como atores políticos, participando ativamente dos debates públicos. A ideia de intelectual, portanto, envolve não apenas posicionamentos políticos, mas também uma dimensão cultural, ligada à criação, à transmissão e à mediação de saberes, elementos centrais para a história cultural.

No Brasil, a intelectualidade era formada, em sua maioria, por membros das elites políticas e econômicas, o que contribuiu para a concentração do conhecimento e da produção cultural nesses grupos. Manuel Diégues Júnior se destaca por romper parcialmente com esse padrão. Embora tenha se inserido em um meio intelectual elitizado, conseguiu projetar sua atuação para além do contexto local de Alagoas, ampliando seu alcance e influência. Assim, sua trajetória exemplifica o papel de um mediador cultural e agente ativo no debate público nas primeiras décadas do século XX:

A história dos intelectuais tornou-se assim, um campo histórico autônomo que, longe de se fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural. [...] Foi, de fato, a partir da segunda metade da década de 1970 que a história dos intelectuais começou a superar sua indignidade e que pesquisas em andamento ou já publicadas adquiriram legitimidade científica e, aos poucos, mereceram o interesse da corporação dos historiadores (Sirinelli, 2003, p. 232-237).

Sirinelli (2003) ajuda a compreender a evolução do estudo da história dos intelectuais como um campo autônomo dentro da disciplina histórica e a sua interseção com outras áreas como a história política, social e cultural, uma vez que até a segunda metade da década de 1970, a história dos intelectuais era muitas vezes vista com desprezo ou considerada uma área de estudo menos legítima. No entanto, a partir desse período, houve uma mudança significativa de percepção. Pesquisas sobre intelectuais e seu papel na sociedade passaram a ser reconhecidas como parte integral da investigação histórica e a ganhar credibilidade científica.

A valorização da história dos intelectuais mostrou o reconhecimento de seu papel na formação e transformação das ideias, dos valores e da vida social ao longo do tempo. Esse campo de estudos passou a ser visto como dinâmico e fundamental para compreender as relações entre intelectuais, política, sociedade e cultura, além de sua importância crescente no meio acadêmico. O intelectual é entendido como alguém que assume posições públicas e intervém socialmente, não de forma partidária, mas a partir de questões culturais. No Brasil, especialmente no campo do folclore, os intelectuais atuaram em instituições que funcionavam como espaços de

convivência, legitimação e produção de saberes, mediando debates sobre identidade cultural e os dilemas do país.

Como destacam Gomes e Hansen (2016), os intelectuais atuam como mediadores entre o conhecimento especializado e diferentes públicos, tornando as ideias mais acessíveis e relevantes. Esse processo de mediação não consiste apenas em reproduzir saberes já existentes, mas em criar produtos culturais, resultado da interpretação e da intervenção criativa do intelectual, adaptadas aos diferentes contextos e públicos.

Como intelectual mediador folclorista, Manuel Diégues Júnior realizou um estudo antropológico em torno das relações culturais de um Nordeste/Brasil açucareiro e é por isso que está sendo tratado como homem de seu tempo, já que apresentou uma análise sobre a influência do sistema econômico dos engenhos de cana de açúcar na vida e cultura regional e mergulhou nas raízes sociais e econômicas que moldaram a sociedade nordestina. Para ele, os engenhos seriam o centro de convergência de todas as atividades econômicas, sociais e políticas, e por isso escreveu uma história açucareira ligada ao folclore.

É na esteira dessa perspectiva de intelectual como sujeito político e mediador cultural que o folclore e o folclorista, especialmente no Nordeste do Brasil é pensado:

O Folclore seria a expressão da mentalidade popular, e esta, por sua vez, da mentalidade regional. [...] O folclore seria um elemento de integração do povo nesse todo regional. Ele facilitaria a absorção dessa identidade regional pelas camadas que se buscava integrar à nova sociedade em gestação. O folclore apresenta, pois, neste discurso tradicionalista, uma função disciplinadora, de educação, de formação de uma sensibilidade, baseada na perpetuação de costumes, hábitos e concepções, construindo novos códigos sociais, capazes de eliminar o trauma, o conflito trazido pela sociabilidade moderna (Albuquerque Júnior, 2011, p. 92).

O folclore foi um saber que não conseguiu ter um espaço próprio na academia. Os seus objetos de estudo, como o povo e as suas manifestações, foram e são estudados de modo transversal e interdisciplinar seja na sociologia, na antropologia, na história ou em outras áreas do campo disciplinar. O termo surgiu a partir daqueles que estudavam os costumes e tradições populares, quando os seus estudos tiveram início no final do século XIX, ganhando atenção no século XX, devido à circulação do pensamento europeu em solo brasileiro, como o caso do pensamento alemão na definição de “alma do povo” por João Ribeiro, além da participação dos folcloristas no processo de criação de nação pós-independência. Com isso, é perceptível um impulsionamento desses estudos através da criação de redes intelectuais e de instituições.

Segundo Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2013a), o folclore e a cultura popular são fundamentais na construção de discursos e representações que mostram uma visão cristalizada do Nordeste. Ele afirma que esses elementos são usados como conceitos e categorias para nomear, classificar, ordenar, distinguir e identificar. No entanto, ele ressalta que essas expressões culturais muitas vezes são tiradas de seus contextos originais, isoladas de sua história e até politicamente neutralizadas ou censuradas. Isso é feito para que elas possam ser usadas em novos contextos e ocupem novos lugares, transformando-se em símbolos quase artificiais de uma identidade regional específica. Assim, essas manifestações culturais são

apresentadas como o centro daquilo que é o Nordeste, mesmo que, na prática, estejam distantes de suas origens autênticas.

O Nordeste foi estabelecido dentro de uma história regional, considerada como uma construção humana, plena em possibilidades de transformação social. A história regional construiu uma identidade regional distintiva e reforçou o sentido de pertencimento. Essa identidade regional, muitas vezes, é construída com base em valores simbólicos, como tradições culturais, costumes, linguagens, paisagens naturais e elementos históricos únicos da região. Esses elementos simbólicos são utilizados para promover a coesão interna dentro da região e para apresentar uma imagem unificada perante o restante do país, visando a obtenção de poder político e influência. Além disso, a dissimulação das diferenças internas dentro da região indica que, apesar de existirem diversidades internas, o regionalismo muitas vezes enfatiza a união e a coesão para fortalecer sua posição política. Em suma, o regionalismo busca defender os interesses específicos da região dentro do contexto nacional, utilizando-se, também, de elementos simbólicos.

As tradições estabelecem uma ligação com o passado por meio da repetição de práticas e símbolos, mesmo que essa relação seja, em parte, construída. Para os intelectuais nordestinos, era fundamental manter essas tradições sempre em circulação, evitando que fossem esquecidas. O passado precisava ser constantemente retomado e valorizado, preservando suas características e costumes. Nesse sentido, a realização de eventos e debates tornou-se uma estratégia para reforçar e atualizar os valores considerados representativos da região, contribuindo para a manutenção dessas tradições ao longo do tempo (Lira, 2015).

Os folcloristas viam o Nordeste como um espaço de valor cultural, no qual o folclore ocupava um papel central na construção da identidade regional. Eles acreditavam que essas manifestações culturais corriam o risco de desaparecer e, por isso, assumiam o papel de defensores e preservadores dessa cultura, considerada expressão do povo. Essa visão revela a preocupação com a preservação da identidade cultural nordestina diante dos processos de modernização e padronização cultural. Ao valorizar o folclore como parte fundamental da identidade regional e nacional, os folcloristas defendiam a proteção dessas expressões como elementos importantes da diversidade cultural brasileira. Essa consciência regional não se limitava ao campo das ideias, mas se expressava também nas práticas culturais do cotidiano, surgindo como resposta às transformações políticas, sociais e culturais vividas pelo Brasil naquele período (Albuquerque Júnior, 2013a).

Ao longo da década de 1920, consolidou-se um imaginário sobre o Nordeste associado às secas, à caatinga e ao semiárido. Todavia, esta região mostrou uma cultura diferente das demais regiões do país, a de raiz. Enquanto a região Sul estaria passando por processo de adulteração da sua cultura por causa da imigração estrangeira, o Nordeste seria um lugar que estava mantendo a sua cultura ibérica, africana e ameríndia, uma cultura genuinamente de raiz brasileira, sendo também constituído por uma visão saudosista do mundo patriarcal (Albuquerque Júnior, 2011).

Já a partir dos anos 1930 o Nordeste passou a ser visto como uma área política e social em desenvolvimento, necessitando superar o drama das secas e construir-se como uma nova região. Ao mesmo tempo, “a ideia da existência de um folclore nordestino já parece consolidada e os autores pioneiros no uso do conceito de cultura nordestina já aparecem reconhecidos como mestres neste campo de estudos” (Albuquerque Júnior, 2013a, p. 115). Era preciso criar uma forma de linguagem sobre um novo nordeste, um lugar onde se poderia encontrar a história e a memória do povo, ultrapassar o discurso e definir-se como um espaço de conexões com o outro.

Os intelectuais escolheram essa região exatamente porque a consideraram um lugar do passado, como algo que era brasileiro em sua totalidade. Ao mesmo tempo, com os estudos do folclore, o Nordeste ganhou uma nova forma de linguagem, passando a ser tratada como um lugar onde se poderia encontrar a história, a memória do povo, sua originalidade e identidade regional e sendo considerada uma espacialidade fundada historicamente, originada de uma tradição de pensamento imagista. Nessa perspectiva, “a observação das manifestações do que chama de Folclore seria importante por nelas se encarnar este espírito genérico humano e, ao mesmo tempo, se expressarem as particularidades étnicas ou nacionais” (Albuquerque Júnior 2013b, p. 105) que podem ser compreendidas a partir dos diferentes grupos que fazem parte da sociedade brasileira.

3. METODOLOGIA

Metodologicamente, este estudo baseou-se na *análise de discurso* e na perspectiva das relações entre *saber e poder* desenvolvidas por Michel Foucault (1999; 2008). O corpus documental foi composto por escritos produzidos por Manuel Diégues Júnior entre 1947 e 1967: *Motivos do açúcar no Folclore* (1947), *Os estudos regionais e a geografia brasileira* (1949), *Folclore e região* (1951), *Região e regionalismo* (1952) e *Sugestões para uma caracterização regional do folclore brasileiro* (1967). A seleção dessas fontes ocorreu por apresentarem reflexões recorrentes sobre regionalismo, folclore e cultura açucareira, temas centrais para a investigação. A análise buscou identificar regularidades discursivas, categorias recorrentes e formas de produção de sentidos sobre a região Nordeste, observando como determinados saberes foram mobilizados para legitimar interpretações sobre cultura popular e identidade regional.

Conforme o próprio Manuel Diégues Júnior escreveu em seu livro, *O Banguê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de cana de açúcar na vida e na cultura regional* (2006), os engenhos desempenharam um papel importante na transmissão das práticas culturais, servindo como locais de encontro e de intercâmbio cultural entre diferentes grupos sociais, sendo possível encontrar elementos que explicam a teoria dieguesiana sobre as bases econômicas, culturais e sociais da formação histórica do Nordeste, especialmente no estado de Alagoas.

Sob a ótica foucaultiana, tais fontes não foram tratadas como meros registros neutros da realidade, mas sim como enunciados que instituíram um regime de verdade sobre o Nordeste, no qual o saber folclórico serviu para ordenar identidades e demarcar relações de poder regionais.

Também, para Michel Foucault (2008), as instituições culturais são espaços onde os saberes são produzidos, organizados e controlados, ao mesmo tempo em que estimulam a criação de conhecimentos dentro de certos modos de pensar. A partir dessa perspectiva, foi possível compreender como as instituições influenciam a produção de discursos sobre o folclore e a cultura popular, revelando as relações de poder que moldam essas representações. Nesse contexto, Manuel Diégues Júnior ampliou sua atuação para além de Alagoas, tornando-se um importante mediador entre a intelectualidade local e pesquisadores de outras regiões do país. Ao promover o diálogo cultural e intelectual, fortaleceu a circulação de ideias e ampliou o alcance de sua produção. Seu pensamento dialogava com o regionalismo, especialmente com as ideias de Gilberto Freyre, ao defender a renovação intelectual sem abandonar completamente o passado. Para ele, tradição e inovação deveriam caminhar juntas, em um equilíbrio entre preservação e mudança.

Nesse sentido, a análise voltou-se para a identificação de elementos recorrentes nos discursos, das categorias relacionadas à regionalização e das formas de legitimação cultural presentes nos escritos de Manuel Diégues Júnior. A partir da perspectiva foucaultiana, buscou-se compreender como o autor construiu determinadas interpretações sobre o Nordeste, o folclore e a sociedade açucareira, articulando saber histórico, identidade regional e atuação intelectual. Dessa forma, os conceitos de Michel Foucault foram mobilizados para analisar como esses discursos contribuíram para a produção de significados sobre o Nordeste e para a constituição de relações entre conhecimento, autoridade intelectual e construção de identidades culturais.

Seus estudos sobre a sociedade açucareira levaram-no a analisar não apenas as manifestações culturais, mas também as relações sociais, políticas e de poder que as sustentavam. Ao tratar o folclore a partir da antropologia cultural, Manuel Diégues Júnior compreendeu o Nordeste como um espaço marcado por discursos diversos e em constante transformação, nos quais o conhecimento se renova sem perder suas origens:

Em outras palavras, a descrição arqueológica dos discursos se desdobra na dimensão de uma história geral; ela procura descobrir todo o domínio das instituições dos processos econômicos, das relações sociais nas quais pode articular-se uma formação discursiva; ela tenta mostrar como a autonomia do discurso e sua especificidade não lhe dão, por isso, um status de pura idealidade e de total independência histórica; o que ela quer revelar é o nível singular em que a história pode dar lugar a tipos definidos de discurso que têm, eles próprios, seu tipo de historicidade e que estão relacionados com todo um conjunto de historicidades diversas (Foucault, 2008, p.186).

É importante considerar o discurso como objeto de estudo, já que os saberes produzidos em cada época influenciam diretamente a forma como a realidade é construída. Para Foucault (2008), o sujeito não é apenas a origem do conhecimento, mas também é formado historicamente por ele. O discurso vai além da simples expressão de ideias, pois é uma prática ligada às relações de saber e poder. Ele não apenas reflete a realidade, mas contribui para produzi-la, estando associado a disputas, interesses e formas de legitimação social. Assim, o discurso está sempre relacionado ao desejo e ao poder, funcionando como um instrumento de influência dentro da sociedade.

A análise de discurso sobre Manuel Diégues Júnior busca entender como as práticas discursivas foram mobilizadas para alcançar determinados fins, como aconteceu a promoção de certas narrativas literárias ou a marginalização de outras, já que “analisar o discurso é fazer com que desapareçam e reapareçam as contradições; é mostrar o jogo que nele elas desempenham; é manifestar como ele pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência” (Foucault, 2008, p. 171). Isso permite que se tenha uma compreensão das dinâmicas de poder e controle que moldaram a recepção da obra de Manuel Diégues Júnior e sua inserção nos debates literários e culturais do período. Nesse processo, ele “não entendido, é claro como o indivíduo falante que pronunciou escrever um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso comunidade e origem de suas significações, como foco de sua circunferência” (Foucault, 1999, p. 26) na produção de novos significados que são gerados, ampliando e enriquecendo a compreensão do texto original ou do conceito. Ou seja, como um princípio de agrupamento do discurso que

opera como foco de significação para os saberes gerados em torno do Nordeste açucareiro.

Para Manuel Diégues Júnior, a tradição folclórica surgiu em torno da cana-de-açúcar, com suas manifestações preservadas ao longo do tempo, especialmente nos engenhos. Essas manifestações incluíam cantos, danças, festas e outras expressões culturais que refletiam as experiências e vivências do povo nordestino ligadas à produção de açúcar, enquanto tradições populares da região. É perceptível que a cana-de-açúcar, enquanto símbolo da atividade canavieira, não apenas teve um impacto econômico significativo na região nordestina, mas também deixou um legado cultural enraizado nas práticas e tradições folclóricas que persistem até os dias de hoje. Além de serem locais de intensa atividade econômica, os engenhos também funcionavam como espaços de interação social, trocas culturais e resistência. Dessa forma, o folclore era uma parte intrínseca do cotidiano nos engenhos de cana-de-açúcar, que representavam o centro da produção açucareira.

O ciclo do açúcar, precisamente considerado como ciclo de engenhos, era crucial para a economia da época, sendo responsável por movimentar a produção e o comércio da região. A presença do folclore contribuía para a preservação das tradições, crenças e manifestações culturais dos trabalhadores e moradores dos engenhos. Algumas áreas etnográficas brasileiras foram baseadas em um método histórico e cultural do processo civilizatório agrícola, que além de símbolo, foi também a primeira demonstração de vida econômica no Brasil, principalmente no Nordeste e em Alagoas. Manuel Diégues Júnior em *Motivos do açúcar no folclore* (1947), texto publicado na revista *Brasil Açucareiro*, reconheceu Joaquim Ribeiro como o primeiro a estabelecer uma categorização do folclore nacional, a qual foi descrita por de ciclos de açúcar/ engenhos:

O ciclo do açúcar foi também identificado por Joaquim Ribeiro sob o nome de “Ciclo de engenhos”, ao estudar o folclore brasileiro em interessante e erudito trabalho. De facto lembra ele que na área da civilização agrícola se encontra primeiramente o ciclo dos engenhos. O engenho não é apenas o símbolo de nossa civilização agrária; é também a primeira manifestação de vida econômica do país, em particular da região nordestina. A conceituação desse ciclo – do açúcar ou do engenho – é indispensável, pois que se liga a uma das fases primordiais da vida brasileira; a um dos fundamentos de sua existência que é o da agricultura, em particular, a agricultura da cana, estio da organização e evolução do Nordeste. De modo que não se poderá estudar o folclore brasileiro sem caracterizá-lo; igualmente, mais relevante se torna, se o estudo se dirige ao folclore nordestino (Diégues Júnior, 1947, p. 101).

Tal ciclo se encontrava dentro da área agrícola, que originalmente abrangia toda a faixa onde estavam localizados os engenhos de açúcar e refere-se ao período em que essas instalações eram centrais para a economia e a sociedade, especialmente durante os séculos XVI e XVII, quando o açúcar era um dos principais produtos de exportação do Brasil colonial. Dentro desse ciclo, era possível notar os diversos costumes populares e manifestações folclóricas que se baseavam na vida daqueles que compunham o engenho de açúcar, o que acabou proporcionando uma nova valorização da paisagem açucareira. Na análise empírica aqui proposta, essa classificação de Manuel Diégues Júnior foi examinada como um procedimento de ordenação discursiva. Ao delimitar o ciclo de engenhos como categoria científica, ele

construiu um campo de saber disciplinar que legitimava o engenho enquanto centro ordenador da cultura regional.

Essa classificação demonstrou a relevância dos engenhos não apenas como unidades de produção econômica, mas também como centros de desenvolvimento cultural e social, influenciando as práticas e identidades das comunidades que viviam em suas proximidades, deixando evidente a tentativa de mapear e compreender as diferentes realidades culturais e históricas que compõem a etnografia brasileira e destacando a importância dos engenhos de açúcar como elementos significativos nesse contexto.

Diante disso, Manuel Diéguas Júnior em seu livro *O Banguê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de cana de açúcar na vida e na cultura regional* (2006) partiu para uma fundamentação de divisão dos ciclos da época histórica em nossa evolução como povo, permitindo um acolhimento de todas as manifestações folclóricas de cada região com a necessidade de analisá-las dentro de cada época, pois no próprio folclore brasileiro existiu uma generalização de suas diferentes manifestações culturais, por meio da qual apresentou os traços da influência do sistema econômico dos engenhos de açúcar, de modo específico os alagoanos. Ele afirma:

Há, por isso mesmo, necessidade de adotarmos um critério que permita acolher todas as manifestações folclóricas, ao mesmo tempo que faça concessões aos critérios anteriores. É que teremos de estudar o folclore, inicialmente, dentro da época de cada manifestação; e ainda em relação à região onde surgiu essa manifestação (Diéguas Júnior, 2006, p. 287).

Pela necessidade de adotar critérios adequados para o estudo do folclore, levando em consideração tanto o contexto histórico quanto o regional, Manuel Diéguas Júnior (2006) ressaltou a importância de compreender o folclore dentro do período em que cada manifestação ocorreu e em relação à região em que se originou. Nessa abordagem reconheceu a diversidade cultural e histórica do Brasil e que não há um elemento folclórico único que abrangesse todo o país, sendo real a dificuldade de estabelecer critérios precisos e universais para definir o que constituía o folclore da região nordestina. Além disso, ao enfatizar a relação entre o folclore e a evolução histórica e política de uma região específica, percebeu o risco de reduzir as manifestações folclóricas a meros reflexos de eventos históricos e processos sociais, desconsiderando sua complexidade e significados culturais mais profundos. No entanto, ao reconhecer a importância da contextualização histórica e regional, permitiu a compreensão das manifestações folclóricas, destacando suas conexões com as experiências e vivências das comunidades locais ao longo do tempo.

Quando escreveu no suplemento do *Diário de Pernambuco sobre os estudos regionais e a geografia brasileira* (1949) destacou a composição da identidade nacional a partir das características regionais, formando um todo coeso e diversificado:

O regional em seu conjunto é que caracteriza o geral; o nacional nascendo do regional; o brasileiro representando este conjunto de cultura diversas. Embora pareça paradoxal, o certo é que nada tão caracteristicamente brasileiro como esta diversidade de aspectos regionais que o país oferece. De extensão tão enorme, de diferenciações culturais tão nítidas, de formação por vezes diversas, o

Brasil teria de basear-se naturalmente no equilíbrio dessa diversidade de cultura; nessa variedade de contrastes enriquecem a paisagem, tanto a geográfica como cultural – de nosso país. [...] O necessário agora é que se desenvolvam os estudos regionais através dos quais se revelem os aspectos diversos da paisagem cultural brasileira. [...] Quando me refiro a estudos regionais, quero também destacar os de comunidade. São fundamentais estes trabalhos ou estudos sobre comunidade, seja ela urbana ou rural, pois permitem compreender-se o ambiente em todas as suas relações ecológicas (Diégues Júnior, 1949, p. 18).

Para Manuel Diégues Júnior (1949) essa diversidade era essencial para construção da paisagem geográfica e cultural do país. Por isso ressaltou a necessidade de desenvolver estudos regionais e comunitários na exploração dos aspectos distintos da cultura brasileira em suas diferentes localidades e a importância de compreender as comunidades urbanas e rurais em suas interações, já que esses estudos eram fundamentais para uma compreensão abrangente do ambiente brasileiro em sua totalidade. Também complementa:

Não há negar que, no campo do folclore, a regionalização das pesquisas é fator decisivo ao bom êxito dos estudos já no que se refere ao levantamento de mapas culturais de cada região [...] é certo que no folclore brasileiro há dificuldade de encontrar um só elemento generalizado a todo o país; [...] esta regionalização, porém, terá que se enquadrar no tempo. E isto o estudo do folclore alagoano permite (Diégues Júnior, 2006, p. 288).

O sucesso dos estudos sobre folclore dependia do respeito às particularidades culturais de cada região, já que não existe um único elemento capaz de representar todo o Brasil. Ao focar em uma localidade específica, como o caso do folclore alagoano, seria possível compreender melhor as expressões culturais do Nordeste, considerando também as mudanças que ocorrem ao longo do tempo (Diégues Júnior, 2006).

Já os regionalistas de orientação tradicionalista adotavam uma visão mais conservadora da cultura, valorizando o passado e as tradições locais de forma idealizada, muitas vezes tratando a tradição como algo fixo e imutável. Na década de 1950, o regionalismo passou a ser entendido não apenas a partir de fatores econômicos e políticos, mas também por seus significados simbólicos e culturais, funcionando como um caminho para a valorização da identidade brasileira. Nesse sentido, Manuel Diégues Júnior compreendeu a região como um espaço marcado pela diversidade e pelos contrastes culturais, construídos pelas relações entre diferentes grupos sociais, o que ajudou a formar o regionalismo e a ideia de região.

Com relação ao folclore dentro da dimensão regional, em 1951 Manuel Diégues Júnior escreveu o texto *Folclore e Região no Diário de Pernambuco* sobre tal relação:

Se é certo que nem tudo que é regional é folclórico, não padece dúvida, porém, que o folclórico deve ser regional. Isto é, deve ter uma base de região, a da área ou ambiente territorial em que se manifesta o fato, onde ele é colhido e encontrado os aspectos peculiares que ele recebe. O que por outro lado, não tira o caráter universal do folclore, quer dizer, a universalidade de manifestações folclóricas, a existência em quase todos os povos de ideias, crenças, fatos que se incluem no

folclore. A base regional do folclore, porém, é que lhe dá os contornos mais definidos. [...] Justamente a definição territorial – ou da região – permite que se caracterize a origem, o fundamento, a manutenção dos fatos folclóricos, estudando-se os grupos étnicos e a cultura da região em que ele aparece. Como ciência, o folclore se integra na região, tendo em vista os elementos que formaram esta, que lhe deram as características culturais. [...] A marca regional tanto quanto no homem se imprime do folclore pois a base do folclore está sempre na sua delimitação em determinada área. Apesar do que não se perde nele o sentido universal. Regionais são os tipos sociais do Brasil e como reflexo dessas condições regionais surgem nas manifestações de cada região como elementos culturais da respectiva formação (Diégues Júnior, 1951, p. 17).

Para Manuel Diégues Júnior (1951), nem tudo o que é regional podia ser considerado folclore, mas toda manifestação folclórica deveria estar ligada a uma base regional. Isso significa que o folclore precisava estar enraizado nas características do território e da cultura onde surge, o que ajuda a compreender sua origem, seus significados e sua permanência ao longo do tempo. Embora reconhecesse que as manifestações folclóricas aparecem em diferentes povos, defendia que é a região que dá forma e identidade próprias a essas expressões.

Nesse sentido, o estudo do folclore a partir de uma perspectiva regional permite compreender melhor as práticas culturais e as identidades locais. Ao tratar o folclore como um elemento regional, Manuel Diégues Júnior (1951) propôs uma visão de regionalismo diferente da tradicionalista, mais voltada para compreender e valorizar a cultura nordestina do que simplesmente preservar tradições fixas. Nas palavras de Francisco Firmino Sales Neto (2008, p. 49):

Um regionalismo que se aproximava do folclore e da cultura (popular) nordestina, elementos que tencionavam “resgatar” uma forma de organização social que estava a ser redimensionada pelos avanços tecnológicos e pelo processo de modernização da região nordeste. Outro Nordeste, outros discursos e, logo, outro tipo de regionalismo, muito mais próximo do folclore do que da literatura.

No início, o regionalismo nordestino estava fortemente ligado à literatura, retratando a região por meio de obras que abordavam temas como a seca, a vida no campo e as relações sociais do Nordeste. Com o passar do tempo e as mudanças econômicas, sociais e tecnológicas, esse regionalismo foi se transformando. Aos poucos, a abordagem literária deu lugar a um interesse maior pelo folclore e pela cultura popular.

Nesse novo contexto, o regionalismo passou a valorizar as tradições, os costumes e as expressões culturais do povo nordestino como formas de preservar a identidade regional diante da modernização. Assim, consolidou-se um regionalismo mais próximo do folclore do que da literatura, voltado para a valorização da cultura popular e para a resistência cultural da região. Assim, o folclore e a cultura popular tornam-se elementos-chave na construção de discursos e representações que refletem uma visão renovada do Nordeste, sendo tomadas, segundo Albuquerque Júnior (2013a, p. 22):

como aquilo que são, ou seja, conceitos, categorias, instrumentos para nomear classificar, ordenar, distinguir, identificar, se apropriar de

dadas formas e matérias de expressão, que são comumente retiradas de seus contextos de produção, que são isoladas de sua historicidade, que são neutralizadas politicamente ou censuradas, para serem colocadas a funcionar em novos contextos, para ocuparem novos lugares, para se constituírem em formas quase que empalhadas e transformadas em símbolo de uma dada identidade regional, em ícones, em manifestações típicas de uma regionalidade que se propõe como sendo a verdade e a essência destas manifestações culturais.

Albuquerque Júnior (2013a) sugere que o folclore e a cultura popular podem ser usados de forma seletiva para atender a interesses políticos, sociais ou identitários. Muitas vezes, essas expressões culturais são retiradas de seus contextos originais, perdendo seus significados históricos e sendo transformadas em representações fixas e idealizadas. Ao serem descontextualizadas, essas manifestações podem ser neutralizadas ou adaptadas para evitar conflitos e reforçar discursos dominantes. Além disso, o folclore e a cultura popular costumam ser reutilizados em novos contextos para promover determinadas identidades regionais ou ideologias. Com isso, acabam sendo apresentados como símbolos de uma suposta identidade regional “autêntica”, simplificada e construída para atender a interesses específicos.

Na década de 1952, no *Diário de Notícias*, Manuel Diégues Júnior publicou o texto *Região e regionalismo*, onde escreveu que o estudo da região pela sociologia cria o regionalismo e definiu que:

O regional não é estadualismo nem mesmo localismo, expressões que se ajustam melhor ao sentido político da área de influência ou de jurisdição estadual ou local, como possamos entender o estado como unidade político-administrativa, intermediária entre a união e o município, este por sua vez expressão do localismo. [...] no regional surgem elementos que, formando a simbiose orgânica e social, permitem a vida humana e lhe dão contornos objetivos e nítidos. Daí a importância do regional e do regionalismo; daí o papel que cabe à região, quando encarada sociologicamente. O que constitui, portanto, a matéria da sociologia regional. Regionalismo não é estadualismo ou localismo, nem separatismo ou desagregação: ele se apresenta como um movimento cujas bases teóricas visam antes a objetivos práticos, no sentido de colocar a região como elemento fundamental da vida humana. E não só isso: Dar ainda à região o sentido cultural que ela deve ter com influências criadoras e como centro de atividades econômicas básicas, evitando-se a atrofia de iniciativas e atividades próprias, cerceadas pela força de um poder mais alto. [...] De modo geral pode-se considerar o regionalismo não só um movimento social e cultural teórico; mas também um método de estudo e análise de fatos tendo como centro de referência a região (Diégues Júnior, 1952, p. 02).

Para Manuel Diégues Júnior (1952), o regionalismo foi um conceito distinto de ideias como estadualismo, localismo ou separatismo, e não deve ser confundido com elas. Enquanto essas noções estavam mais ligadas a aspectos políticos e administrativos, o regionalismo possuía um sentido mais amplo, envolvendo características sociais, culturais, econômicas e históricas que definem uma região.

O regionalismo, segundo Manuel Diégues Júnior (1952), vai além das fronteiras políticas e contribui para fortalecer a identidade cultural, a vida social e as atividades econômicas das regiões, evitando a concentração excessiva de poder. Ele entendeu o regionalismo como um movimento concreto, que valoriza as particularidades e potencialidades regionais e ajuda a compreender melhor a sociedade brasileira. Ainda que reconheça sua importância cultural e sociológica, Manuel Diégues Júnior optou por não aprofundar as dimensões políticas e econômicas do regionalismo, como as desigualdades regionais e os desafios do desenvolvimento.

Em 1967, Manuel Diégues Júnior escreveu *sugestões para uma caracterização regional do folclore brasileiro* e publicou na *Revista brasileira de folclore* já defendendo o folclore como um campo legítimo de investigação científica, ele dizia:

Como ciência que se inclui entre as do homem, o folclore se integra na região, tendo em vista os elementos que formam esta, que lhe deram as características culturais, que condicionaram o seu desenvolvimento. Como toda manifestação de cultura humana, o fato folclórico se origina dos fatores que caracterizam a região. Este caráter regional do folclore deve constituir uma feição própria da região, ou melhor, como elemento que caracteriza o ambiente em que se formaram os respectivos grupos humanos. A marca regional, tanto quanto no homem, se imprime no folclore. Pois a base do folclore está sempre na sua delimitação em determinada área. Apesar do que não se perde nele o sentido universal, como o universal é o homem como pessoa, ou como integrante de grupo social (Diégues Júnior, 1967. p. 259).

Nesta citação, Manuel Diégues Júnior (1967) destacou que o folclore faz parte da cultura humana e está diretamente ligado à região onde se desenvolve. Para ele, as manifestações folclóricas são moldadas pelo ambiente, pela história e pelas experiências das comunidades locais, o que faz com que cada região tenha tradições próprias que expressam sua identidade cultural. Ao mesmo tempo, reconheceu que, apesar dessas raízes regionais, o folclore possui um caráter universal, pois expressa experiências comuns a todos os grupos humanos. Assim, embora fosse marcado por fatores como geografia, clima e história local, o folclore também pode ultrapassar fronteiras e aproximar diferentes culturas, o que exige equilíbrio entre a valorização do regional e o reconhecimento de seus elementos universais.

Embora o folclore seja enraizado em sua região de origem, é importante reconhecer que ele pode ser influenciado por trocas culturais e interações entre diferentes comunidades. Por exemplo, a migração de grupos étnicos, o comércio internacional e a globalização podem introduzir novos elementos no folclore local e criar sincretismos culturais. Então, enquanto o folclore tem uma base regional, também pode ser um reflexo da interconexão cultural global.

Por meio desses escritos, Manuel Diégues Júnior se vinculou à chamada literatura do engenho e se tornou uma referência de história local, regional e nacional. Por isso, é dada atenção no seu interesse acadêmico regionalista, quando ele desenvolveu uma tarefa de mediação intelectual sobre as manifestações folclóricas no Nordeste brasileiro. Suas obras de conteúdo cultural devem ser pensadas também como algo histórico, visto que foram produzidas num momento de variadas tensões políticas e na transição de instituições folclóricas para antropológicas dentro das Ciências Sociais, em meados do século XX, permitindo-nos visualizar esse processo ao longo do tempo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este trabalho apresentou um percurso pelos estudos do folclore a partir da análise discursiva dos escritos de Manuel Diégues Júnior, buscando compreender como o autor mobilizou categorias regionais, culturais e antropológicas para construir a ideia de um folclore açucareiro nordestino. A análise das fontes permitiu identificar recorrências temáticas associadas à valorização da cultura regional, à centralidade dos engenhos e à articulação entre tradição, identidade e regionalismo.

O folclore foi entendido aqui como um elemento central para caracterizar a sociedade açucareira do Nordeste brasileiro. Manuel Diégues Júnior realizou um investimento intelectual consciente ao associar temas do mundo rural às experiências folclóricas. Nesse contexto, o engenho de cana-de-açúcar apareceu não apenas como espaço de produção econômica, mas também como local de convivência social, trocas culturais e disputas de poder que atravessam os discursos e as relações sociais.

Em sua obra, o método etnográfico foi utilizado como forma de aprofundar o entendimento sobre os modos de organização social do Nordeste. Por meio desse método, Manuel Diégues Júnior deu valor as manifestações folclóricas como parte de uma história ligada à cultura açucareira, atuando como mediador cultural na metade do século XX. Embora fosse reconhecido como antropólogo cultural e tivesse posições bem definidas, manteve uma forte ligação com as tradições do folclore. A análise discursiva e historiográfica de seus escritos revelou o diálogo que estabeleceu com diferentes áreas do conhecimento e distintas formas de interpretar as produções culturais. Suas publicações em jornais contribuíram para ampliar a compreensão sobre a região dentro do chamado Pensamento Social Brasileiro. Isso permite entender suas obras como produtos históricos, elaborados em um período de transição dos estudos folclóricos para abordagens mais antropológicas nas ciências sociais.

A noção de região e o uso de termos como *área cultural* ocuparam um lugar central na metodologia de Manuel Diégues Júnior. Ele reconheceu a importância de considerar as particularidades culturais e históricas de cada região como ponto de partida para suas pesquisas. Essa perspectiva possibilitou fundamentar suas análises a partir de uma sociologia regional, articulando de forma consistente os aspectos históricos, culturais e sociais. Diante disso, Manuel Diégues Júnior desenvolveu uma produção teórico-metodológica que evidenciou a relação entre a cana-de-açúcar e o bem-estar social e cultural dos alagoanos. Ao investigar a história e as raízes sociais da região, destacou o papel da monocultura da cana na construção da identidade local. Sua análise histórica e antropológica revelou as complexas relações de poder, trabalho e família que moldaram a sociedade alagoana, desde a organização dos engenhos até seus impactos sociais e econômicos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre o folclore e os engenhos ofereceu ao escritor alagoano importantes oportunidades para realizar observações de caráter antropológico. Por meio dessas observações, inspiradas na obra de Manuel Diégues Júnior, pesquisadores e estudiosos podem compreender melhor a cultura e a sociedade nordestina, ao analisar as tradições folclóricas ligadas aos engenhos. Essa aproximação entre folclore e engenhos permite entender tanto o chamado folclore

açucareiro, diretamente associado à cultura dos engenhos, quanto os processos de formação da sociedade nordestina.

De modo geral, a cana-de-açúcar ocupou um papel central na formação econômica, social e cultural do Nordeste brasileiro por meio das manifestações folclóricas. Além de sustentar a economia regional por alguns séculos, os engenhos funcionaram como centros de produção e espaços em torno dos quais se organizaram a vida social, econômica, política e demográfica da região. Nesse contexto, tradições, crenças e valores do povo nordestino foram influenciados pela presença constante da cana-de-açúcar em seu cotidiano. Por fim, Manuel Diégues Júnior escreveu a partir de uma realidade que lhe era próxima, construindo um discurso marcado pelo regionalismo e pela valorização da cultura popular nordestina, articulando produção intelectual, interpretação histórica e mediação cultural em torno do folclore açucareiro.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha. Folcloristas, historiadores e Jongueiros. In: **Enlaces**: estudos de folclore e culturas populares/ Maria Laura Cavalcanti; Joana Correa (orgs.). – Rio de Janeiro: IPHAN, 2018.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A feira dos mitos**: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920-1950). São Paulo: Intermeios, 2013a.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. “**O morto vestido para um ato inaugural**”: procedimentos e práticas dos estudos de folclore e de cultura popular. São Paulo: Intermeios, 2013b.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. “**A invenção do nordeste e outras artes**”. 3. ed. Capital do nordeste: FJN: Massangana; São Paulo: Cortez, 2011.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Motivos do açúcar no folclore I. **Brasil Açucareiro**. Instituto do açúcar e do álcool. Ano XV, Vol. XXX, Nº 04. Rio de Janeiro Outubro, 1947, p. 100-102.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Os estudos regionais e a geografia brasileira. Ano 124, Nº 212. Suplemento, **Diário de Pernambuco**. Recife – Pernambuco, 11 set. 1949. p. 18.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Folclore e Região. **Diário de Pernambuco**, Recife - Pernambuco, n. 201, v. 2, set. 1951, p.17.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Região e regionalismo. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, domingo, 20 de abril de 1952. Suplemento literário, p.02.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Sugestões para uma caracterização Regional do folclore brasileiro. **Revista brasileira de folclore**, Rio de Janeiro, ano VII n.19, v. 07, Setembro/ dezembro, 1967.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O Banguê nas Alagoas**: traços da influência do sistema econômico do engenho de cana de açúcar na vida e na cultura regional.- 3.ed. Maceió: EDUFAL, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **“A ordem do discurso”**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

GOMES, Angela Maria de Castro; HANSEN, Patricia Santos. **Intelectuais mediadores**: práticas culturais e ação política. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

LASTA, Tatiana Thaís. A contribuição do pensamento social brasileiro para a questão regional. In. **História das Ciências Sociais**: Intérpretes e interpretações do Brasil contemporâneo / Organizadores Maro Lara Martins, Rodrigo Machado da Silva, Cláudio Araújo de Souza e Silva. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2022. p. 118-156. DOI: 10.31560/pimentacultural/2022.95743.7

LIRA, Maria Thaize dos Ramos. **O Nordeste representado pelo romance de José Lins do Rego**. Monografia (Graduação) - UFCG/CFP, 2015.

MAIA, João Marcelo. O Pensamento Social no Brasil e os historiadores: notas sobre uma interdisciplinaridade desigual. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 14, n. 36, p. 509-534, maio-ago. 2021 - DOI <https://doi.org/10.15848/hh.v14i36.1721>

SALES NETO, Francisco Firmino. **Palavras que silenciam**: Câmara Cascudo e o regionalismo-tradicionalista nordestino. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2008.

SIRINELLI, Jean- François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean- François (Org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 259-279.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p.231-269.

Submetido em: 10/02/2026

Aceito em: 03/06/2026